

FNE/BNB

Breve Panorama e Diagnóstico

Sumário

1. Banco do Nordeste: Origens
2. FNE: Origens
3. O que o FNE pode fazer
4. O que o FNE não pode fazer sozinho
5. Como reduzir desigualdades regionais?
6. A Estratégia do BNB para o FNE
 - 6.1. Eficácia
 - 6.2. Eficiência
 - 6.3. Efetividade
 - 6.4. Ética e Integridade
7. Considerações Finais

1. Banco do Nordeste: Origens

As principais motivações para a criação do Banco do Nordeste do Brasil, em 1952, foram minuciosamente registradas em dois documentos históricos: (i) um relatório do então Ministro Horácio Lafer ao Presidente da República, Getúlio Vargas; e (ii) uma Mensagem Presidencial do Presidente Getúlio Vargas ao Congresso Nacional.

1. Banco do Nordeste: Origens

Por conta do agravamento do cenário socioeconômico nordestino, impulsionado pela seca de 1951/1952, numa região já bastante economicamente deprimida (a renda per capita da região equivalia a 48% da média brasileira), o então Presidente Getúlio Vargas demandou um conjunto de proposições de políticas de seu Ministro da Fazenda, Horário Lafer.

1. Banco do Nordeste: Origens

A criação do Banco do Nordeste do Brasil surgiu como uma das proposições de política pública constantes no relatório do Ministro Horácio Lafer. A justificativa para a criação da instituição decorria de duas constatações: (i) o forte racionamento de crédito na região; e (ii) a necessidade de uma instituição que provesse “uma assistência creditaria mais ampla, especializada à natureza peculiar de seus empreendimentos agrícolas e industriais”.

1. Banco do Nordeste: Origens

A justificativa da necessidade de uma instituição especializada foi amparada no fato do Banco do Brasil já atuar previamente na região com as operações previstas na Lei 1.004, de amparo às populações atingidas pela seca do nordeste.

Sobre este ponto, ainda segundo a Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional: “Não se trata simplesmente, de substituir o Banco do Brasil nas operações previstas na Lei nº 1.004, mas como foi dito, da criação de um instrumento financeiro especializado”.

2. FNE: Origens

Já criação dos fundos regionais de financiamentos para o setor produtivo, financiados com receitas tributárias da União, decorreu da decisão dos legisladores constituintes de 1988. Não se tratava de uma proposição de política pública pontual e isolada, mas de um contexto muito mais amplo, ou seja, da Seção VI da Constituição Federal, que trata da repartição das receitas tributárias.

2. FNE: Origens

Tais fundos, regulamentados pela Lei 7.827/1989, constituem uma das peças que tinham como objetivo mitigar os riscos de desequilíbrios econômicos inter-regionais, decorrentes do Novo Pacto Federativo, celebrado então pelo legisladores na Constituição Federal de 1988.

Em suma, faz-se importante destacar o fato de que o FNE deve ser avaliado sob a perspectiva de ser apenas um dos diferentes instrumentos necessários para lidar com desequilíbrios regionais. Portanto, cabe de antemão, esclarecer o que o FNE “consegue fazer” e o que “não consegue fazer sozinho”.

3. O que o FNE pode fazer

As motivações que levaram a criação do Banco do Nordeste do Brasil e o FNE são as mesmas: a percepção prática da existência de indisponibilidades, racionamento e mal funcionamento dos mercados de crédito nas regiões menos desenvolvidas do país.

Essa percepção é muito bem documentada na literatura especializada. Na realidade, a literatura aponta para o fato de que os mercados de crédito podem não funcionar muito bem (falhas de mercado) em diversas ocasiões.

3. O que o FNE pode fazer

Os mercados de crédito podem não funcionar bem por questões informacionais. Um mercado falha na prática quando, por exemplo, um consumidor não consegue contratar uma operação de crédito, mesmo que disposto a pagar o preço (taxa de juro) exigido pelo mercado.

A falta de informação aumenta o risco das operações, o que faz com que os ofertantes de crédito exijam garantias elevadas. Logo, o acesso ao crédito é determinado pela riqueza acumulada no passado, não pela potencialidade de geração de resultados futuros de um projeto de investimentos.

3. O que o FNE pode fazer

Duas implicações práticas surgem daí: (i) projetos de investimentos promissores não são financiados porque os empreendedores não dispõem de riqueza prévia para fornecer como garantia. Isso pode gerar um resultado bastante ineficiente para a sociedade; (ii) localidades ou regiões pobres dispõem de poucas pessoas e empresas com grandes quantidades de ativos para serem fornecidos como garantias, logo a escala para o desenvolvimento de um mercado de crédito é limitada.

3. O que o FNE pode fazer

Essa é a motivação para a existência de bancos de desenvolvimento na grande maioria dos países. Inclusive em países desenvolvidos, como Canadá, Alemanha e Coréia do Sul.

Tais falhas de mercado tendem a ser mais graves em regiões e países em desenvolvimento, dadas as limitações de escala e escopo do mercado, como já mencionado.

É nesse aspecto que o FNE pode contribuir com o desenvolvimento da Região Nordeste, ou seja, suprir as limitações dos mercados de crédito locais.

4. O que o FNE não pode fazer sozinho

Como mencionado anteriormente, em 1952 a renda per capita da Região Nordeste equivalia a 48% da média brasileira. Mesmo com todos os esforços e iniciativas empreendidas para reduzir tais desigualdades, o fato é que essa métrica permanece praticamente inalterada ao longo destes 65 anos.

Não há dúvida de que o desejo de todos é que as desigualdades regionais fossem diminuindo, por conta de um processo de convergência de rendas per capita entre as diferentes regiões do país. Infelizmente, tal convergência não ocorreu.

4. O que o FNE não pode fazer sozinho

Uma pergunta fundamental a ser feita é: o que a literatura especializada tem a dizer a respeito de convergência de renda (*catching up*) entre diferentes países ou regiões?

Em poucas palavras, a resposta fornecida pela literatura especializada é: países ou regiões que partilham as mesmas condições tecnológicas e os mesmos determinantes de acumulação de capital (físico e humano) tendem a convergir para o mesmo nível de renda per capita.

4. O que o FNE não pode fazer sozinho

O problema é que, na grande maioria das vezes, diferentes países e regiões não compartilham das mesmas tecnologias e determinantes de acumulação de capital.

A implicação prática disso é constituição de “clubes de convergência”, ou seja, diferentes regiões convergem para diferentes níveis de renda per capita. Há no Brasil, por exemplo, um conjunto de evidências que sugerem a existência de ao menos dois “clubes de convergência” (seja com dados de Estados ou municípios).

4. O que o FNE não pode fazer sozinho

O primeiro “clube” é formado majoritariamente por Estados e/ou municípios das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e o segundo “clube” por Norte e Nordeste.

Há um certo consenso na literatura especializada que os dois principais determinantes das condições de “*catching up*” ou “*falling behind*” (‘alcançar/convergir’ ou ‘ficar para trás’) são (i) a formação de capital humano e (ii) o desenvolvimento tecnológico/inação.

4. O que o FNE não pode fazer sozinho

Como já discutido anteriormente, o papel fundamental do FNE é prover um instrumento de financiamento com capacidade de mitigar problemas relacionados a falhas de mercado.

Já uma solução de convergência inter-regional de rendas demanda um esforço ainda maior, ou seja, uma equalização das condições fundamentais de crescimento, à saber, desenvolvimento tecnológico e acumulação de capital humano.

5. Como reduzir desigualdades regionais?

Como já observado, os esforços empreendidos e as políticas regionais implementadas no sentido de reduzir as desigualdades regionais no Brasil surtiram pouco efeito prático.

Baseados em tais evidências, alguns autores sugerem o abandono de tais tipos de políticas. Adicionalmente, apresentam evidências de que grande parte das desigualdades inter-regionais podem ser explicadas por diferenciais de acumulação de capital humano. Portanto, a única política realmente relevante a ser considerada é a política educacional.

5. Como reduzir desigualdades regionais?

Tais autores estão corretos ao apontar para o fato de que a redução das desigualdades inter-regionais em capital humano é uma política a ser perseguida com afinco.

Contudo, apostar unicamente na política educacional como mecanismo de redução das desigualdades inter-regionais nos parece uma visão bastante otimista de solução para o problema.

5. Como reduzir desigualdades regionais?

O que nos leva a crer que a política educacional não é suficiente?

A evidência de que Brasil, Colômbia, Tunísia, Turquia e Indonésia dispunham em 2010 de um estoque maior de trabalhadores qualificados do que países desenvolvidos como Reino Unido, Japão, França, Holanda e Itália dispunham no ano de 1960. Contudo, a renda per capita destas economias desenvolvidas no ano de 1960 era, a preços constantes, bem superiores àquelas apresentadas pelas economias emergentes para o ano de 2010.

5. Como reduzir desigualdades regionais?

A próxima pergunta a ser feita é: o que faltou para os países em desenvolvimento? Já mencionamos que dois são os determinantes de sucesso ou falha na convergência: formação de capital humano e desenvolvimento tecnológico/ inovação. Portanto, falta ainda considerar o aspecto tecnológico.

Isso não quer dizer que os proponentes da *quasi*-exclusividade das políticas educacionais não levem em consideração os aspectos tecnológicos, muito pelo contrário. Uma hipótese comumente feita em tal tipo de análise é que a tecnologia pode ser assumida como um bem público, podendo portanto ser adquirida ou importada.

5. Como reduzir desigualdades regionais?

De fato, o comércio (inter-regional e internacional) é uma forma bastante eficiente de difundir tecnologias. Neste sentido, a abertura econômica é, sem dúvida, uma forma promissora de acelerar convergência e reduzir desigualdades.

Um ponto fundamental a ser considerado é que a disponibilidade de conhecimento tecnológico pode ser condição necessária, mas não é suficiente, para que este conhecimento seja absorvido. Trata-se de dois processos distintos. Portanto, o ponto de dissenso não é acerca do fato da tecnologia ser disponibilizada como um bem público, mas assumir que a mera disponibilidade implicará em absorção.

5. Como reduzir desigualdades regionais?

O conjunto destes fatos estilizados sugere que a difusão tecnológica demanda algo mais do que importação de dispositivos tecnológicos e obtenção de manuais, fórmulas e desenhos técnicos: a difusão da tecnologia envolve transferência de *know-how*, que é um conhecimento tácito.

Em suma, a escolaridade e o acesso à internet seriam condições necessárias, mas não suficientes para garantir que países emergentes ou regiões mais carentes sejam capazes de absorver o conhecimento tácito necessário para que sejam mais produtivos.

5. Como reduzir desigualdades regionais?

Parece plausível a ideia de que o sucesso na redução das desigualdades passa, necessariamente, por uma maior capacidade das economias menos desenvolvidas absorverem e difundirem conhecimento tecnológico tácito.

Nestes moldes, o conhecimento tecnológico pode ser difundido de uma forma muito similar a propagação de epidemias, cuja velocidade e intensidade dependem de diferentes fatores (agente, hospedeiro e ambiente).

5. Como reduzir desigualdades regionais?

Profissionais especializados em cidades, tais como economistas e planejadores urbanos, tem identificado nas grandes aglomerações urbanas (megalópoles) um ambiente bastante propício para a absorção e difusão de conhecimento tecnológico tácito, assim como são igualmente promissoras para a difusão de epidemias virais, bacterianas, etc.

Um problema das regiões mais pobres é que elas costumam perder uma fração importante de seu capital humano mais qualificado para as aglomerações urbanas de centros mais desenvolvidos, ou seja, costumam ser exportadoras de capacidade de absorção e difusão de conhecimento tecnológico tácito.

6. A Estratégia do BNB para o FNE

A estratégia de atuação do Banco do Nordeste do Brasil tem sido desenhada a partir de ***dois vetores fundamentais***.

O ***primeiro vetor*** decorre do diagnóstico econômico reportado nas seções anteriores. Acreditamos que a Região Nordeste alcançará maiores níveis de desenvolvimento sócio econômico a medida que acelerar sua capacidade de acumular capital humano. Paralelamente, um ambiente propício deve ser construído para reter tais talentos, de forma que o conhecimento tecnológico (em sua forma tácita) possa ser adquirido, absorvido, difundido, partilhado, transformado, melhorado e comercializado.

6. A Estratégia do BNB para o FNE

Acreditamos que cidades com o provimento adequado de infraestrutura, amenidades e bens públicos podem servir como *habitats* de inovação. É com este espírito que surgem iniciativas como o Hubine (Hub de inovação do Nordeste) e a Plataforma G20+20 de Cidades Médias.

O ***segundo vetor*** é baseado na gestão com foco nos 4 E's: Eficácia, Eficiência, Efetividade e Ética.

6.1. Eficácia

O BNB tem cumprido seu mandato ao aplicar o FNE de forma sustentável ao longo do tempo, limitando sobremaneira diferentes formas de racionamento de crédito, mesmo nas ocorrências de ciclos econômicos mais bruscos.

Na realidade, a atuação do BNB tem sido focada em estratégia de longo prazo, ou seja, não está baseada na volatilidade dos ciclos econômicos de curto prazo. Isso tem garantido um fornecimento contínuo e sustentado de crédito para a região.

Isso tem feito a atuação do BNB única, inclusive quando comparado a outros bancos públicos e de desenvolvimento.

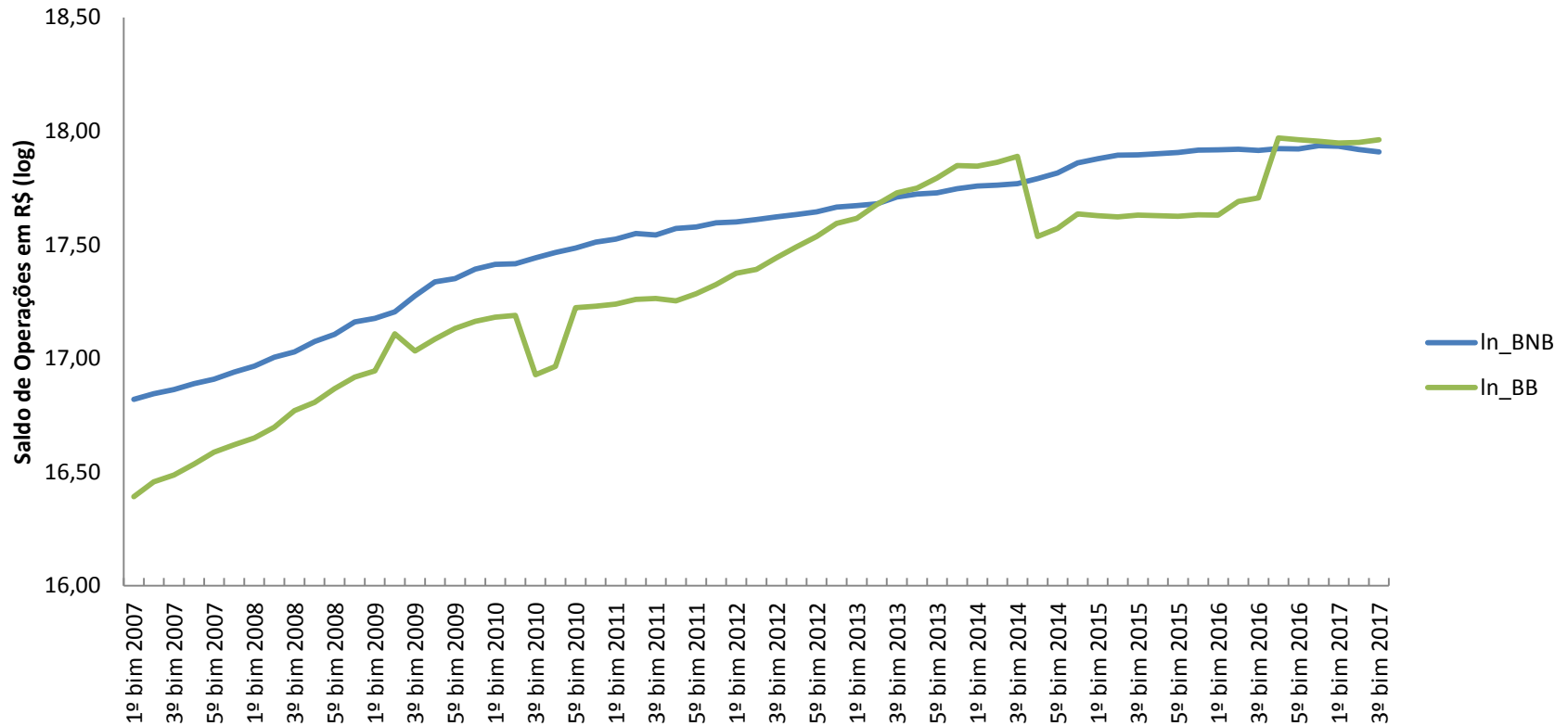
6.1. Eficácia

Nos gráficos a seguir comparamos a atuação do BNB, um banco público de desenvolvimento (operando nos primeiro e segundo pisos) e o BB, um banco público com foco comercial tradicional.

Em termos gerais, um banco de desenvolvimento tende a buscar a minimização do racionamento de crédito, condicionado a operar com resultados econômico-financeiros sustentáveis de longo prazo. Já um banco comercial clássico tende a buscar a maximização dos resultados para seus acionistas.

6.1. Eficácia

**Saldo de Operações BNB e BB
(escala logaritmica)**



6.1. Eficácia

Neste primeiro gráfico pode-se constatar que a trajetória dos saldos de operações do BNB são bem menos expostos a flutuações do que a trajetória dos saldos de operações do BB.

Pode-se verificar também que as maiores flutuações ocorridas nos saldos de operações do BB estão altamente relacionadas as fases de recessões dos ciclos econômicos.

6.1. Eficácia

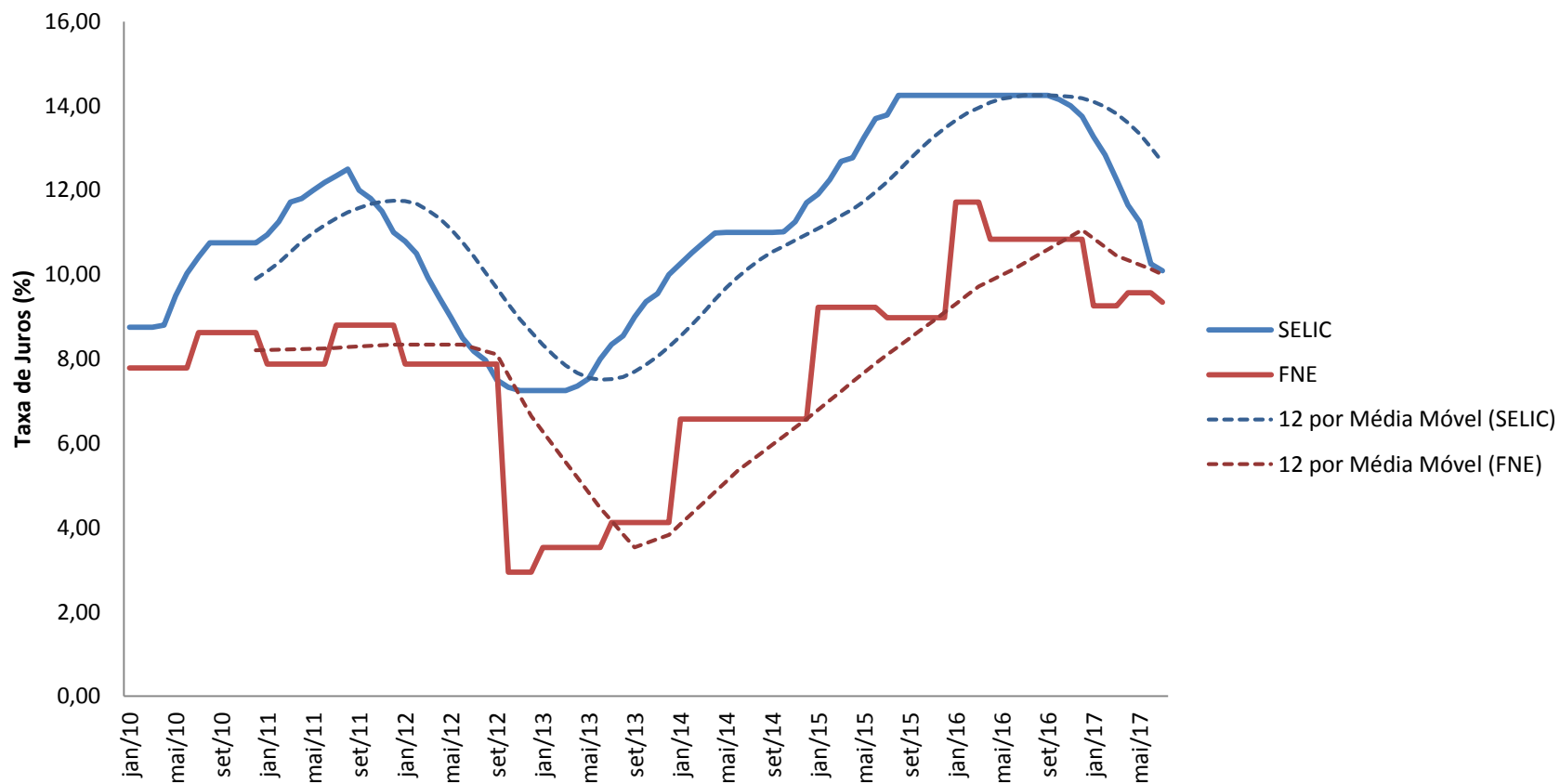
Está claro que os choques macroeconômicos tendem a afetar os bancos de forma similar. Logo, para que o BNB apresente uma trajetória de operações diferentes dos demais bancos, faz-se necessário absorver os choques de um modo alternativo ao modo como os demais bancos absorvem tais choques.

6.1. Eficácia

O primeiro ponto a ser esclarecido é que tal comportamento alternativo na forma de absorver choques não guarda qualquer relação com as flutuações da política monetária e das trajetórias dos juros. Na realidade, a trajetória dos encargos do FNE segue a mesma trajetória da SELIC (não em nível, mas em variância), como pode ser visto no gráfico a seguir.

6.1. Eficácia

Taxas de Juros SELIC e FNE



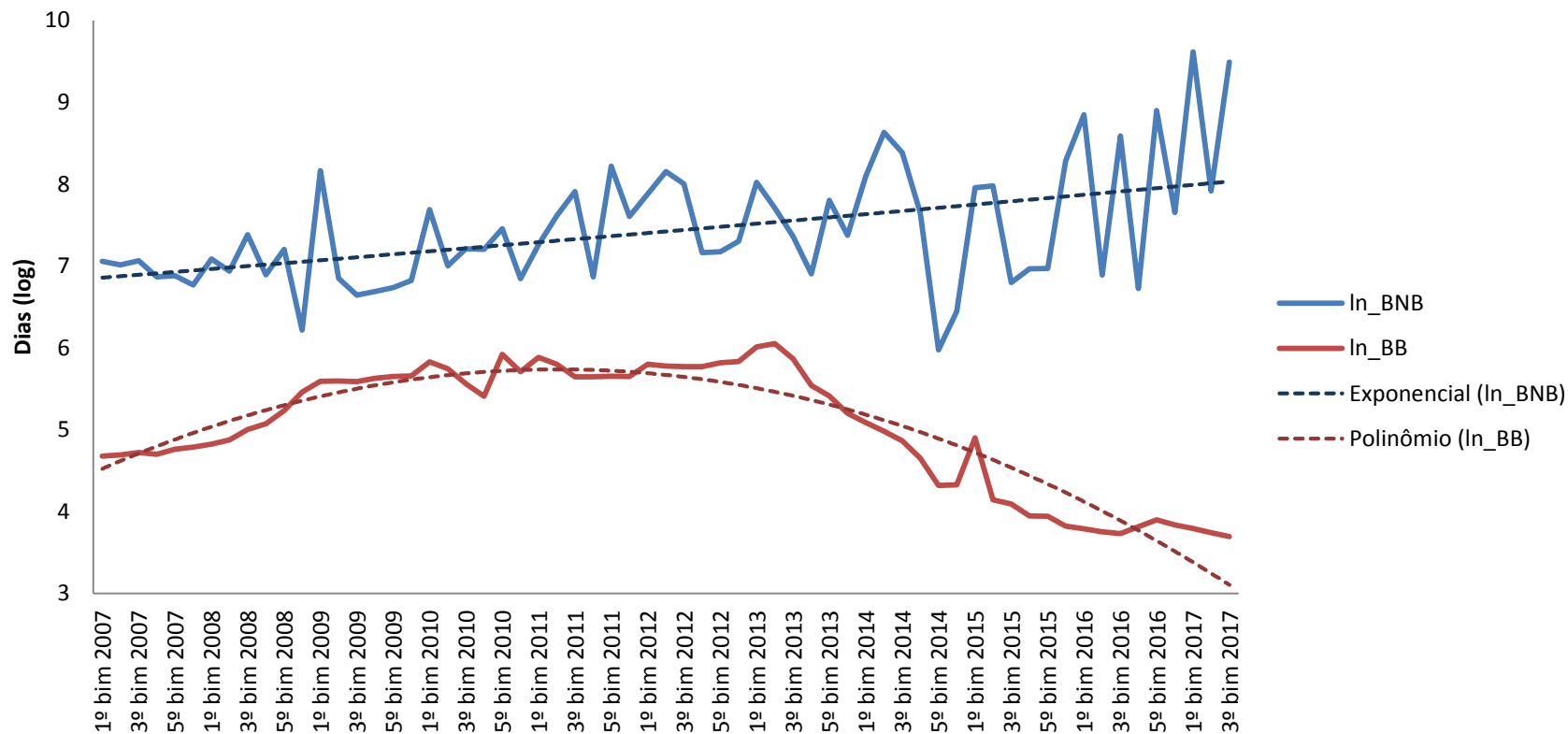
6.1. Eficácia

Posto que o BNB tem mantido uma trajetória constante e bem comportada de provimento de crédito, até mesmo em situações envolvendo grandes flutuações de nível de atividade econômica e juros, faz-se importante esclarecer com qual variável o BNB absorve tais choques.

O próximo gráfico mostra que parte do ajustamento se dá pelo prazo de concessão do crédito.

6.1. Eficácia

Prazo Médio Recebimento em dias, BNB e BB
(escala logarítmica)



6.1. Eficácia

Podemos ver claramente que:

Os bancos comerciais tradicionais (aqui temos o BB como *Proxy*) ajustam os prazos médios de pagamento (*Proxy* para prazo de concessão do crédito) de forma pró-cíclica, elevando os prazos nos *booms* e reduzindo drasticamente durante as recessões.

Já o BNB não manipula de forma significativa tal variável. Ela costuma ser bem comportada, sendo levemente majorada nos períodos recessivos.

6.1. Eficácia

Em suma, não seria uma grande imprecisão sugerir que uma das diferenças mais marcantes entre a atuação do BNB e dos demais bancos comerciais é sua menor aversão ao risco.

Portanto, podemos considerar que - atendendo os mesmos parâmetros de regulação prudencial que todos os demais concorrentes - o BNB tem uma postura menos avessa ao risco, enquanto os bancos comerciais apresentam uma postura muito mais avessa ao risco.

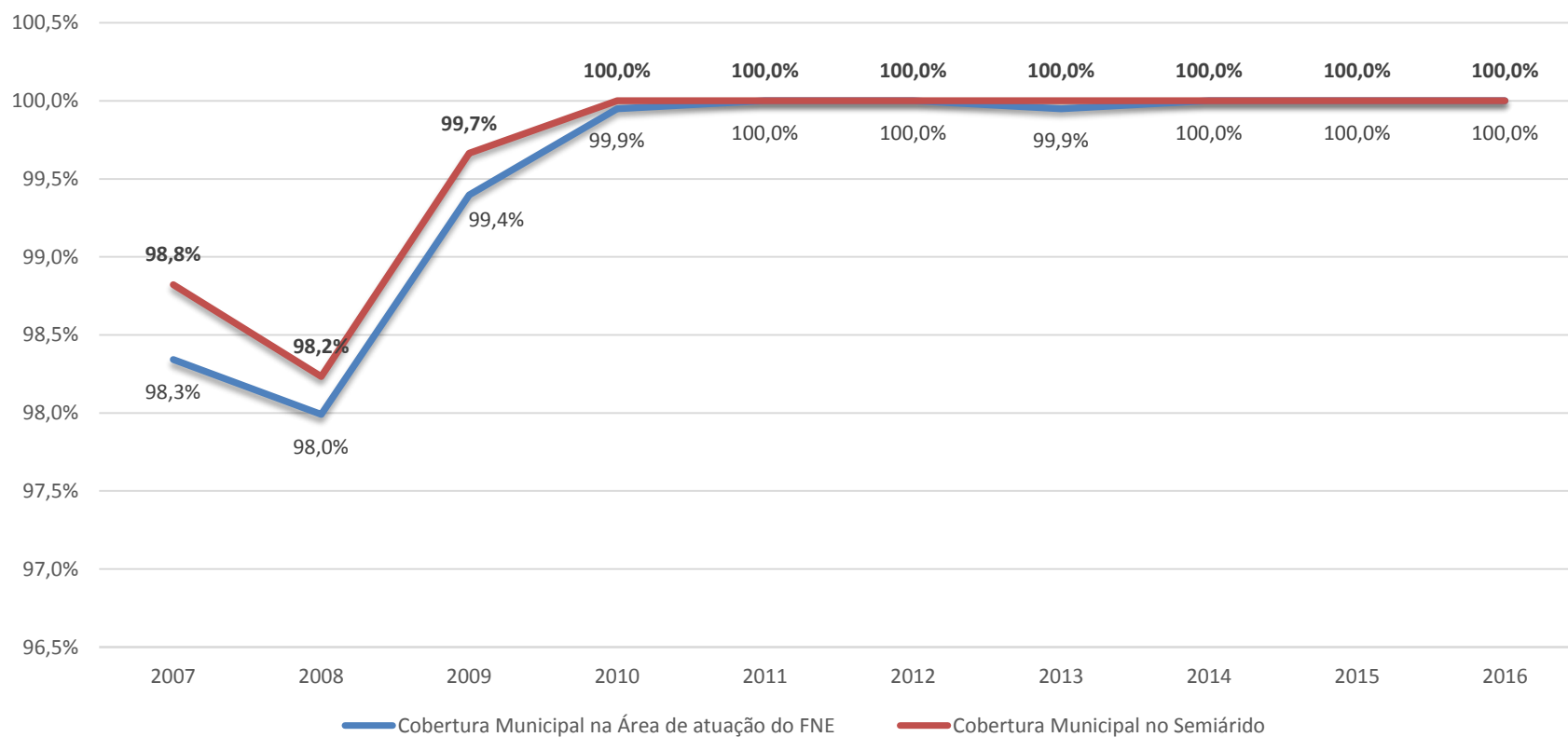
6.1. Eficácia

Além de aplicar um volume constantemente crescente de disponibilidade de crédito, o BNB aplica os recursos do FNE em todos os municípios que compõem a área de atuação da Política Regional para o Nordeste e atende a todos os critérios estabelecidos pela PNDR.

Para alcançar tais objetivos, o BNB tem aumentado ao longo do tempo o número de agências (ver gráfico a seguir) e postos de atendimento, bem como atuações itinerantes, tais como as ações do Programa FNE Itinerante.

6.1. Eficácia

Municípios com Contratações do FNE - Área de atuação do FNE e Semiárido - 2007-2016



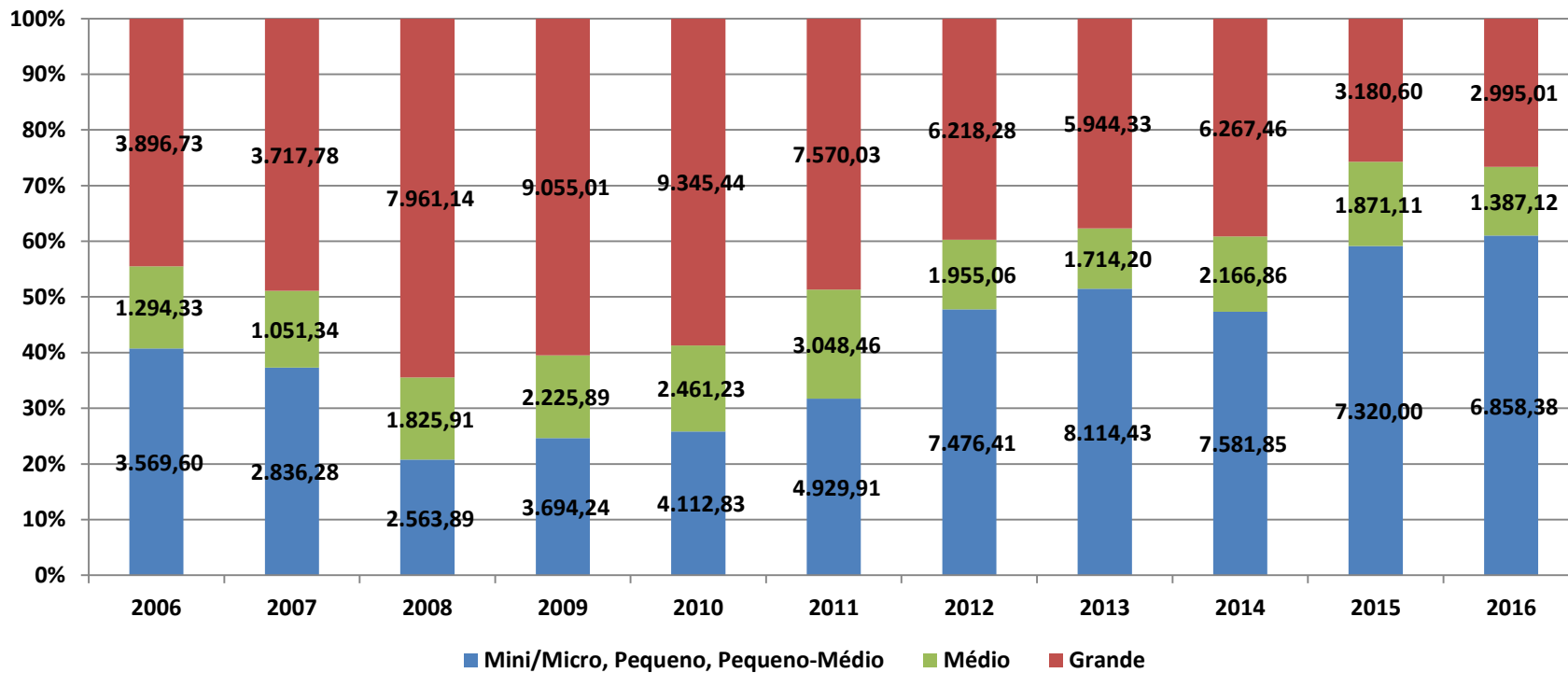
6.1. Eficácia

- O Banco do Nordeste tem se consolidado cada vez mais como o banco do empreendedor, do microcrédito e das MPE's, ou seja, o principal provedor de crédito para aqueles projetos de investimentos com acesso limitado ao mercado privado.

6.1. Eficácia

Evolução das contratações do FNE estratificada por portes - 2006-2016

Valores em R\$ 1 milhão

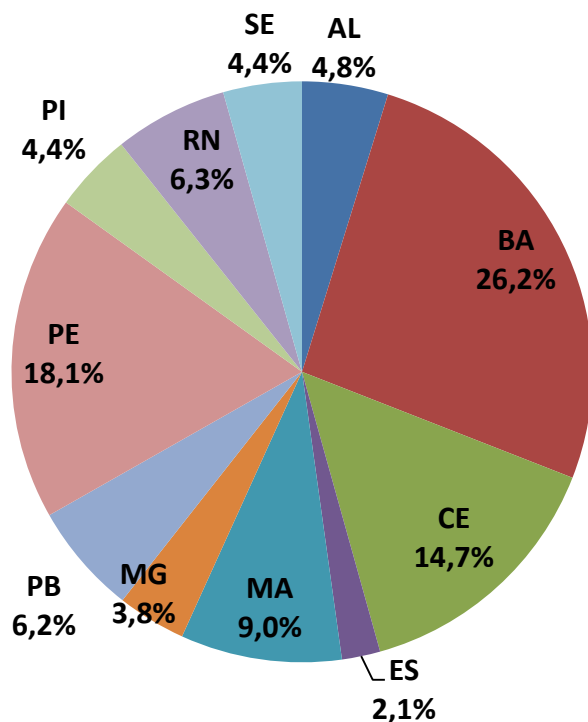


6.1. Eficácia

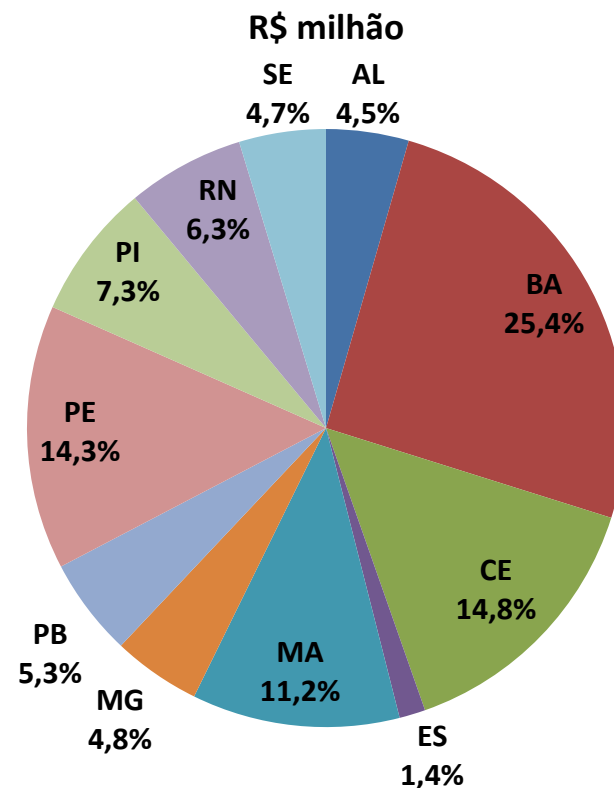
- Um grande esforço na alocação do FNE é assegurar que todos os Estados da área de cobertura tenham acesso isonômico aos recursos do Fundo.
- Os incentivos de mercado provavelmente trariam como consequência maior alocação de recursos nos Estados mais dinâmicos em termos econômicos e maior racionamento de crédito nos demais Estados.

6.1. Eficácia

Representatividade do PIB estadual em relação ao PIB do Nordeste - 2014



Distribuição das contratações por UF - 2006-2016



6.1. Eficácia

O FNE Itinerante é realizado pelo BNB desde 2010, sempre em parceria com o Ministério da Integração Nacional e com a SUDENE;

São encontros de informação e atendimento negocial com foco na divulgação das linhas de acesso ao crédito utilizando a fonte FNE, sendo também realizado atendimento presencial pelos Agentes de Desenvolvimento e pelas equipes negociais das agências próximas, além de incluir ações de fortalecimento da cooperação com parceiros públicos e privados locais;

6.1. Eficácia

É realizado prioritariamente em municípios que não possuem agências do BNB, com pouco registro de operações contratadas com recursos do FNE, e que estejam localizadas em espaços considerados preferenciais, segundo a PNDR, em especial o semi-árido;

6.1. Eficácia

Entre janeiro/2010 e junho/2017 foram realizados 790 eventos nos 11 Estados financiáveis pelo FNE, dos quais 66% foram em territórios localizados no semi-árido, envolvendo público de mais de 50 mil participantes, entre MPEs e MEIs.

6.1. Eficácia

O Banco do Nordeste também tem buscado criar produtos inovadores, especialmente direcionados a segmentos cujos investimentos apresentam grande potencial de geração de externalidades positivas, dentre tais produtos, destacam-se o FNE SOL, FNE ÁGUA e FNE SEMENTE.

6.1. Eficácia

[1] FNE SOL

Finalidade:

Financiamento à geração de energia por fontes renováveis, nas modalidades de geração centralizada, micro e mini geração distribuída (para auto consumo e locação), bem como sistemas *off grid*.

[2] FNE ÁGUA

Finalidade:

Financiamento à adoção de tecnologias para gestão eficiente e sustentável da água.

6.1. Eficácia

[3] FNE SEMENTE

Finalidade:

Fomentar o empreendedorismo, atraindo e mantendo na Região capital humano e projetos de negócios com alto potencial de crescimento, por meio de apoio a empresas nascentes, *Startups*, em estágio de implementação.

6.1. Eficácia

Finalmente, o Banco do Nordeste tem buscado contribuir com a construção de *habitat's* de inovação, capazes de reter e atrair talentos para a região, de modo aumentar a capacidade de produzir, absorver, partilhar e difundir, de forma tácita, conhecimento tecnológico e diferentes formas de inovação.

Neste sentido, o Banco do Nordeste tem construído duas iniciativas importantes: (i) o HUBINE, o Hub de Inovação do Nordeste; e (ii) o G20+20, o Fórum das 40 cidades médias do Nordeste.

6.1. Eficácia

O HUBINE é um espaço de apoio a iniciativas inovadoras, que criem produtos, serviços e soluções capazes de contribuir com a dinamização da economia regional. Criado em 2016, o HUBINE já organizou 51 eventos entre seminários, cursos, oficinas, pré-aceleração de *startups*, *mentoring*, *bootcamp*, etc.).

O HUBINE já conta em sua programação mais 24 eventos agendados e confirmados.

6.1. Eficácia

O objetivo do G20+20 é construir uma plataforma de governança das cidades médias, que permita criar sinergias para:

- viabilizar capacitações técnicas, tecnológicas e gerenciais
- trocar experiências e compartilhar práticas bem sucedidas
- criar um ambiente de estruturação de negócios identificando fontes de recursos para investimentos, principalmente ligados à infraestrutura urbana
- engajamento das administrações das cidades medias

6.1. Eficácia

Aporte do BNB:

- possibilidade de financiar o ente privado na implantação de projetos de infraestrutura
- capital e recursos humanos para apoio à qualificação das equipes dos municípios
- promoção de eventos
- realização de estudos e pesquisas que estimem a demanda por infraestrutura nessas cidades

6.1. Eficácia

Parceiras público-privadas (PPP)

Bancos de Desenvolvimento nacionais e internacionais

Instituições multilaterais – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)

6.2. Eficiência

Como mencionado nas seções anteriores, o Banco do Nordeste vem aumentando de forma constante e sustentada sua participação dentro da área de atuação, principalmente naquelas regiões onde o racionamento de crédito é maior e a participação dos concorrentes não é tão atrativa do ponto de vista econômico.

6.2. Eficiência

Foi visto que, além de expandir sua escala, o Banco também tem ampliado significativamente seu escopo. Tal expansão tem sido realizada à revelia das condições de curto prazo da economia, ou seja, o Banco tem pautado sua estratégia em função dos fundamentos de longo prazo da economia da Região.

Tal estratégia não tem comprometido os resultados do Banco, como pode ser observado no quadro de indicadores de resultados a seguir:

6.2. Eficiência

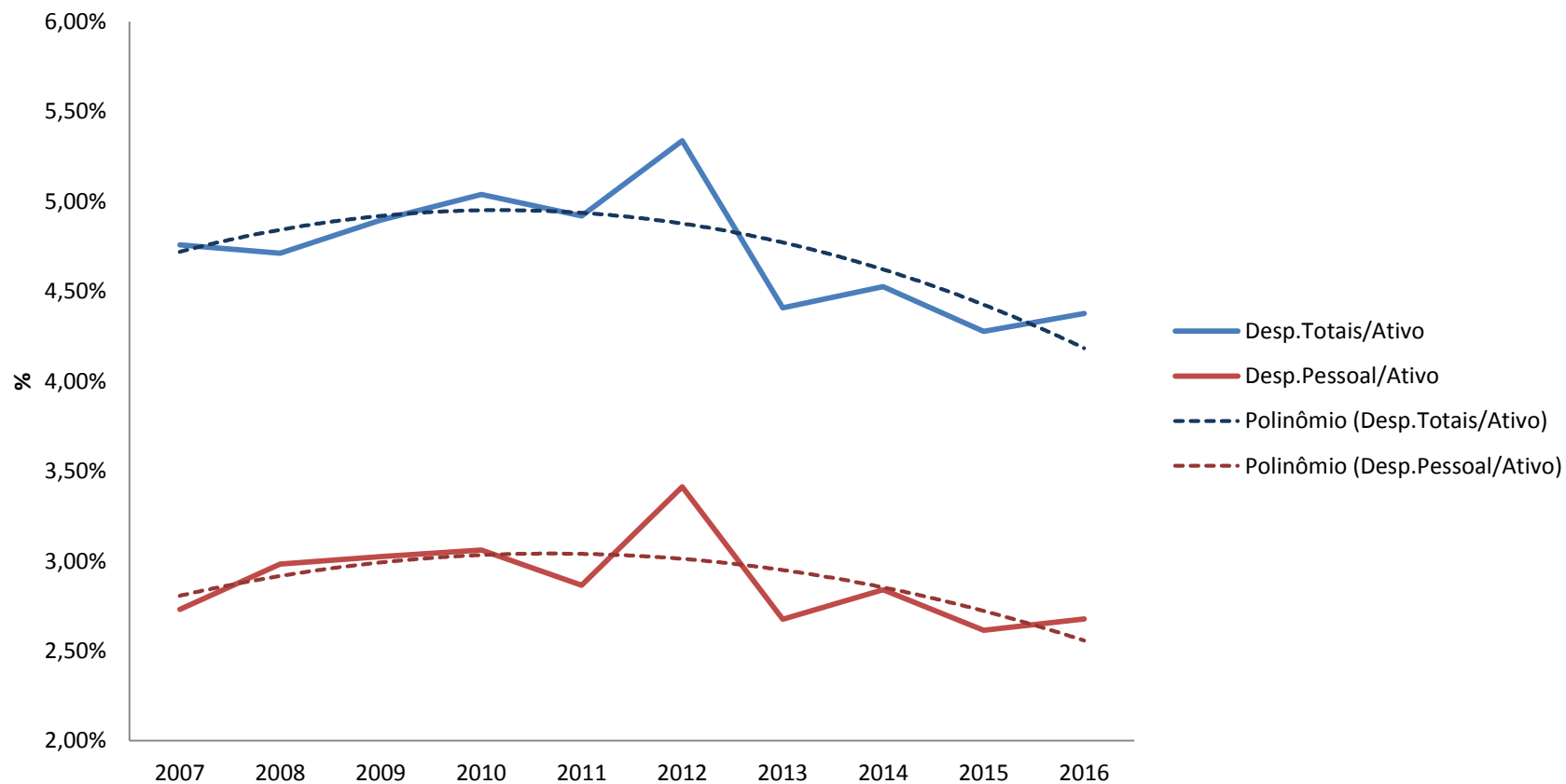
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Indicadores de Desempenho (%)							
Retorno s/PL ⁽³⁾ [SFN ⁽⁹⁾ : 11,4%(Dez/16)]	14.9%	13.6%	20.3%	14.0%	23.2%	10.3%	24.3%
Índice de Basileia [SFN: 17,4%(Jun/17)]	13.2%	16.3%	16.2%	15.8%	14.1%	12.2%	15.0%
Índice de Eficiência ⁽⁴⁾ [BP ⁽¹⁰⁾ : 64,3%(Jun/17)]	74.2%	71.7%	76.2%	74.2%	65.6%	91.8%	77.5%
Risco de Crédito BNB (AA a C) ⁽⁵⁾ [BP: 90,3% (Jun/17)]	92.6%	92.9%	89.5%	89.9%	89.2%	89.5%	81.7%
Índice de Inadimplência BNB ⁽⁶⁾ [SFN: 3,8%(Jun/17)]	2.9%	2.6%	4.8%	4.0%	2.9%	4.9%	5.3%
Índice de Cobertura BNB ⁽⁷⁾ [SFN: 1,78%(Dez/16)]	232.0%	222.1%	162.0%	215.4%	256.0%	189.1%	238.3%
Risco de Crédito FNE (AA a C) ⁽⁵⁾	88.2%	87.3%	84.3%	84.9%	85.8%	82.9%	79.1%
Índice de Inadimplência FNE ⁽⁶⁾	7.5%	7.4%	9.3%	9.2%	8.5%	10.9%	12.2%
Índice de Cobertura FNE ⁽⁷⁾	131.7%	136.6%	131.3%	131.7%	131.2%	130.0%	128.6%
Imobilização (Permanente / PR) < 50%	5.8%	4.1%	3.9%	4.3%	3.9%	4.4%	3.4%
Exposição do Setor Público (Créditos / PR) < 45%	25.3%	20.0%	13.6%	14.8%	13.1%	14.9%	9.7%

6.2. Eficiência

Adicionalmente, cabe destacar que após um grande esforço de investimentos no sentido de aumentar a escala das operações, por meio da criação de um maior número de agências, a trajetória de longo prazo da razão despesas administrativas e ativos FNE é declinante, que tende a ser sustentada pela retomada da normalidade do nível de atividade da economia da Região.

6.2. Eficiência

Trajetórias Participação Despesas/Ativo FNE



6.2. Eficiência

Finalmente, cabe destacar que, quando comparado a outros bancos de desenvolvimento ao redor do mundo (*benchmark* mais adequado), os números do Banco do Nordeste encontram-se dentro dos parâmetros normais de operacionalidade para tais tipos de organização.

6.2. Eficiência

	KfW	BNDES	BNB	KDB	JFC	CDP	CDC
	(Alemanha)	(Brasil)	(Brasil)	(Coréia do Sul)	(Japão)	(Itália)	(França)
Ativo (US\$ bilhões)	558.9	279.5	30.7	273.6	228.7	214.4	173.2
Carteira de crédito (US\$ bilhões)	457.5	208.8	17.6	125.9	192.0	115.3	24.6
Lucro líquido (US\$ bilhões)	2.4	1.9	0.1	1.6	0.5	1.0	1.4
Retorno/patrimônio líquido (%)	8.62	15.37	10.28	5.17	1.05	4.60	3.70

6.3. Efetividade

Principais avaliações realizadas (2014 a 2017)

- 1) Avaliação de Impacto do FNE na geração de emprego, massa salarial e salário médio
- 2) Avaliação do Programa Crediamigo: Melhoria das Condições de Vida
- 3) Avaliação do Pronaf: Impactos Macroeconômicos
- 4) O Impacto do FNE no Crescimento dos Municípios: Uma Aplicação de Painel Dinâmico

6.3. Efetividade

- 1) **Avaliação de Impacto do FNE na geração de emprego, massa salarial e salário médio**

6.3. Efetividade

Objetivo: Avaliar o impacto do FNE sobre a geração de emprego, massa salarial e salário médio, e propor indicador de eficiência das empresas beneficiárias.

6.3. Efetividade

- Impacto médio no crescimento percentual do emprego do FNE: mínimo de 3,65 pp (após 1 ano), 13,51 pp (após 3 anos) e 37,57 pp (após 5 anos), devidos ao FNE.
- Após cinco anos do financiamento: de 100 novos empregos, 44 são decorrentes do financiamento do FNE.
- Os setores indústria e serviços apresentaram estimativas de impactos maiores que o setor de comércio.
- Em relação a classificação da PNDR, as empresas beneficiadas localizadas em municípios classificados como Alta Renda ou Estagnado tiveram maiores impactos de emprego.

6.3. Efetividade

- Para o modelo geral o Índice de Eficiência de 18,34% indica que a quantidade de empregos gerados pelas empresas financiadas superou neste percentual o montante esperado.
- A eficiência foi relativamente maior para as empresas do semiárido. Embora estas empresas apresentem impacto relativamente menor, foi preciso menos recursos para realizá-lo, o que lhe conferiu uma maior eficiência.
- Entre os setores, o de serviços mostrou um melhor índice de eficiência.
- Entre as regiões da PNDR, destaque para a Estagnada.

6.3. Efetividade

2) Avaliação do Programa Crediamigo: Melhoria das Condições de Vida

6.3. Efetividade

Objetivo: Analisar a situação dos clientes do Crediamigo observando se houve melhoria em suas condições de vida

6.3. Efetividade

- Houve crescimento da atividade para a maior parte dos clientes e esse crescimento se deveu, principalmente, ao aumento do lucro do negócio
- Quanto maior a quantidade de operações realizadas, maior a renda alcançada e melhor a capacidade de pagamento desses clientes
- A permanência no programa promove uma mudança do patamar de subsistência para o de acumulação simples
- A estrutura física do empreendimento também é positivamente impactada pelo maior tempo de exposição ao programa

6.3. Efetividade

3) Avaliação do Pronaf: Impactos Macroeconômicos

6.3. Efetividade

Objetivo: Analisar o sistema de planejamento e operacionalização do Programa, bem como seus resultados impactos micro e macroeconômicos sobre variáveis econômicas e sociais a partir do conhecimento do perfil socioeconômico de seus beneficiários, caracterização de suas famílias e unidades produtivas e da relação entre o Pronaf e os produtores nos municípios da Região Nordeste e do norte do Espírito Santo e norte de Minas Gerais.

6.3. Efetividade

- Beneficiários: 68% os do sexo masculino (no grupo B, são 48%)
- Aproximadamente 62% das famílias são beneficiárias de programas sociais (no grupo B, quase 70%)
- 25% não sabem ler ou escrever (no grupo A, 49%)
- Insumos: aquisição no mercado local (81%) e em áreas próximas (22%);
- Apenas 6% dos entrevistados os adquirem via associações
- Agricultura (77%) e pecuária (65%) são as atividades predominantes

6.3. Efetividade

- Aumento de 1% sobre a relação contratações do Pronaf/PIB municipal, defasado de um ano, gera um aumento de 0,88% sobre o PIB municipal
- Democratização do crédito em condições diferenciadas
- O impacto praticamente nulo sobre o PIB do setor agrícola sugere que a expansão do crédito, por si, não vem sendo capaz de promover mudanças estruturais no modo de produção

6.3. Efetividade

4) O Impacto do FNE no Crescimento dos Municípios: Uma Aplicação de Painel Dinâmico

6.3. Efetividade

Objetivo: Analisar a relação entre FNE e o crescimento do PIB per capita dos municípios de sua área de atuação entre 2003 e 2014. Para tanto, o trabalho estima modelos de crescimento para os municípios na área de atuação do FNE com o objetivo de verificar se a política possui efeito para o crescimento desses municípios .

6.3. Efetividade

- Impacto positivo e estatisticamente significativo do FNE (variável: taxa de crescimento das contratações em relação ao PIB pc municipal) para o crescimento dos municípios (variável: taxa de crescimento do PIB per capita municipal)
- Um aumento de 0,01 ponto na relação contratações FNE/PIB municipal causa aumento de 2,96% na taxa de crescimento do PIB per capita do município

6.4. Ética e Integridade



6.4. Ética e Integridade

Código de Ética

O Código de Ética do Banco do Nordeste estabelece os princípios e valores que norteiam a conduta de seus profissionais nos relacionamentos internos e com a sociedade.

Princípios: Justiça, honestidade, democracia, cooperação, disciplina, governança, sustentabilidade, compromisso, confiança, civilidade, transparência, igualdade e respeito.

Comissão de Ética

O Banco do Nordeste constituiu, em 2003, sua Comissão de Ética, colegiado voltado à promoção de ações educativas, preventivas e corretivas concernentes à ética profissional no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público. Subordinada à Comissão de Ética Pública (CEP), sua atuação guarda independência em relação às demais esferas administrativas da instituição.

Comitê de Integridade e Ética

Instância colegiada responsável pela Política de integridade e Ética do Banco do Nordeste, bem como pelo acompanhamento das ações de aprimoramento dos mecanismos de integridade.

6.4. Ética e Integridade

Política de Integridade e Ética

Conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo às denúncias de irregularidades.

Objetivo: Detectar e sanar eventuais desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

Diretrizes principais: Prevenção e combate à corrupção; identificação e tratamento do conflito de interesses; controles internos, gestão de riscos e segurança corporativa; prevenção e combate à lavagem de dinheiro; conduta ética; gerenciamento disciplinar.

Política Corporativa de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos

Conjunto de princípios, mecanismos e procedimentos de boa governança corporativa, que visam prover solidez ao Banco por meio de um adequado sistema de controles internos, segurança e gerenciamento de riscos.

Gerenciamento Disciplinar

Objetivo: Apurar, avaliar, analisar e julgar a responsabilidade funcional relativa a ocorrências sobre as quais o empregado do Banco tenha omitido, permitido ou cometido infração às normas legais, instruções e regulamentos do Banco e ao Código de Ética.

6.4. Ética e Integridade

Prêmio Mérito Brasil de Governança e Gestão Públicas (TCU)

Concedida em 2016 pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ao Banco do Nordeste, por ter demonstrado ter processos de gestão de riscos e controle em elevado grau de maturidade e com responsabilidades bem definida.

A avaliação do TCU obedeceu a critérios baseados nos princípios de governança e compilados no Índice Geral de Governança (IGG), desenvolvido pelo próprio Tribunal para avaliar os órgãos federais, levando em conta três pilares da governança - liderança, estratégia e controle - e reconhecendo aquelas instituições com melhor desempenho em governança pública.

Cadastro Empresa Pro-Ética (Ministério da Transparência e CGU)

Em 2013, o Banco aderiu ao Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade - Cadastro Empresa Pró-Ética, que avalia e divulga as empresas voluntariamente engajadas na construção de um ambiente corporativo mais íntegro, ético e transparente.

Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção (Instituto Ethos)

Também em 2013, o Banco aderiu ao Pacto, que reúne empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção.

ÉTICA EU E VOCÊ SOMOS
OS RESPONSÁVEIS

FAZENDO A **DIFERENÇA**
NA VIDA DAS PESSOAS

